

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Sociologia Econômica – Pluralismo de enfoques e
inovação metodológica

O Uso da Pesquisa Histórica na Sociologia Econômica como Olhar sobre o Mercado de Trabalho

Autores	Anelise D'Arísbo ^{1,2} , Sidinei Rocha-de-Oliveira ¹
Instituição	¹ UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ² IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este trabalho tem por objetivo buscar novas perspectivas metodológicas para analisar o mercado de trabalho seguindo os pressupostos da sociologia econômica: (i) a ação econômica é uma forma de ação social; (ii) a ação econômica é socialmente situada ou enraizada- contradizendo o individualismo metodológico na economia; (iii) as instituições econômicas são construções sociais- podem informar soluções eficientes para as falhas de mercado e devem considerar aspectos históricos e empíricos. Nesse âmbito, os mercados são entendidos como estruturas sociais (MARTES, DURAND, ABRAMOVAY, 2006). Ao objetivar analisar a construção social das relações de mercado e a origem histórica social dos fenômenos econômicos, acreditamos que a abordagem histórica e empírica e o método indutivo contribuem para o entendimento sobre a forma como os mercados de trabalho foram construídos (STEINER, 2006). Assim, importa a compreensão da influência do contexto para a formação do mercado de trabalho e das inter-relações entre as partes que o compõe (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011). Esse contexto inclui as particularidades históricas e mecanismos e regras sociais que regem o seu funcionamento (GRANOVETTER, 1995; MARTES, DURAND, ABRAMOVAY, 2006). Tendo em vista que a abordagem histórica da sociologia econômica carece ainda de maiores estudos nacionalmente, visa-se ampliar a discussão sobre os limites e possibilidades da a abordagem histórica da sociologia econômica para analisar o mercado de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Esse ensaio surge da discussão do uso da pesquisa histórica como método alternativo para o estudo do mercado de trabalho sob olhar da sociologia econômica (SE). Assim, pretende-se utilizar a sociologia econômica como perspectiva teórica. Defende-se que reside uma complexidade metodológica no alcance da compreensão das construções socioculturais do mercado de trabalho consideradas pela SE, resultando na preocupação referente à forma mais adequada de construção de conhecimento nesse âmbito.

O conceito do mercado de trabalho pode partir da economia, da sociologia e da sociologia econômica. Entretanto, a preferência pela visão da SE reside no fato de esta se abrir a críticas e discussões que não se resumem às relações diretas de oferta e demanda de emprego. O histórico do estudo do mercado de trabalho pela sociologia econômica se estende à compreensão da influência do contexto para a formação do mercado de trabalho e das inter-relações entre as partes que o compõe (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011).

Esse contexto inclui as particularidades históricas e mecanismos e regras sociais enraizadas que são agregadas às relações mercantis (GRANOVETTER, 1995; MARTES, DURAND, ABRAMOVAY, 2006) e seu entendimento auxilia na compreensão da estrutura social complexa e socialmente estabelecida em que o indivíduo nasce já inserido (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2011).

Nesse âmbito, o mercado de trabalho é entendido como estrutura social. Com isso, devem ser assumidas uma metodologia e uma abordagem singulares (MARTES, DURAND, ABRAMOVAY, 2006). A metodologia adequada deve considerar os princípios capitais da SE, apontados por Granovetter e Swedberg (2011): (i) a ação econômica é uma forma de ação social; (ii) a ação econômica é socialmente situada ou enraizada- contradizendo o individualismo metodológico na economia; (iii) as instituições econômicas são construções sociais- podem informar soluções eficientes para as falhas de mercado e devem considerar aspectos históricos e empíricos. Ao objetivar analisar a construção social das relações de mercado e a origem histórica social dos fenômenos econômicos, Steiner (2006) sugere que a SE assuma a abordagem histórica, empírica e o método indutivo.

Tendo em vista que a abordagem histórica da sociologia econômica carece de maiores estudos nacionalmente, visa-se a proceder ao levantamento

dos métodos possíveis nesse campo. Defende-se que a pesquisa histórica pode ser usada nesse caso e buscou-se apresentar os pontos que justificam tal afirmação de maneira contextualizada na discussão metodológica. Acredita-se que esta reflexão pode levar à inovação metodológica na sociologia econômica.

Para tal, será discorrido acerca da sociologia econômica para pesquisa do mercado de trabalho; das metodologias nas ciências sociais, com ênfase nas metodologias que se relacionam à abordagem histórica e sobre as relações entre a pesquisa histórica e a abordagem histórica da sociologia econômica.

2 A Abordagem da Sociologia Econômica como Olhar para o Mercado de Trabalho

A opção de assumir a visão da sociologia econômica para a análise do mercado de trabalho, em especial no Brasil, tem fundamento no campo social de estudos do mercado de trabalho que inicialmente se estabelece da confluência entre diferentes linhagens e tradições acadêmicas, a citar: a estratificação social, a sociologia das ocupações, a sociologia industrial, a sociologia das organizações e a economia do trabalho (GUIMARÃES, 2009). A partir do manual americano de estudos sobre sociologia do trabalho dos anos 1950, Guimarães (2009b) recapitula o entendimento de pesquisas que assumem o mercado de trabalho como mecanismo central de distribuição social, constituindo-se em arena de discussões acerca da produção de desigualdades nas sociedades industriais.

Como apontado por Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2011), prevalece o conceito econômico de mercado de trabalho, o qual é assumido enquanto *locus* de confronto entre oferta e demanda de emprego. Mas esse conceito é insuficiente para a compreensão de todas as relações que ele abrange.

Nas abordagens econômicas, embora se faça referência a uma interferência do Estado como agente regulador, a análise do mercado está limitada à ação de trabalhadores e firmas, sem considerar construções sociais de cada profissão ou área de atuação, bem como a influência de outros agentes nas ações que ocorrem dentro de um determinado mercado de trabalho. Além disso, a compreensão do mercado de trabalho dentro desta perspectiva se dá por meio de dados numéricos em determinado período, os quais passam a ideia de uma “fotografia” do mercado, mas não consideram seu caráter dinâmico (...). Pouco se explora sobre os porquês destas transformações e quais as ações empreendidas pelos atores envolvidos (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1525).

Assim, os estudos ligados à economia clássica embasam ações neoliberais, inibindo discussões acerca da divisão social do trabalho e das estruturas de mercado. Por outro lado, a visão sociológica do mercado de trabalho volta-se à abordagem das redes de relacionamento e à vertente institucional na formação de mercados (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011). Esta assume uma dimensão política do que investiga, reconhecendo o vínculo entre o político e o econômico, embora não implique engajamento político (STEINER, 2006).

A discussão sociológica se abre a críticas e discussões não restritas às relações diretas de oferta e demanda de emprego. A citar, Guimarães, Barone e Brito (2015) sob olhar crítico demonstram a consolidação da mercantilização do trabalho no Brasil, ao sinalizar as transformações na estrutura do mercado de trabalho, incluindo as construções normativas da sociedade brasileira - tais como a incidência das normas capitalistas de mercado, a migração de trabalhadores para o meio urbano em busca de direitos, a propulsão pelo mercado de consumo e o descompasso entre esse e a construção institucional do mercado de trabalho, o crescimento do mercado informal e da pluralidade das formas de desemprego (GUIMARÃES, BARONE e BRITO, 2015).

Outros fatores históricos podem ser apontados em relação ao mercado de trabalho sob olhar da SE. Em se tratando do panorama da sociologia econômica no contexto nacional mais recente, Guimarães (2009b) reflete sobre os efeitos dos processos de reestruturação macroeconômica e micro organizacional para o mercado de trabalho e relações sociais nesse âmbito. Como resultado, o risco do desemprego, preocupação central da década de 1990, não mais se configura na única resposta negativa: o próprio trabalho apresenta uma diversidade que em suas modificações vai precarizando as condições desse mesmo trabalho. São novas modalidades de ocupação, de relações contratuais de trabalho e uma maior ou menor extensão de jornadas de trabalho somadas às formas vigentes.

Assim, a visão sociológica assume interesse na construção social do mercado e na origem social dos fenômenos econômicos. Como tratamento do conceito, Smelser e Swedberg (2005, p. 3) afirmam que o termo 'sociologia econômica' apareceu pela primeira vez em um trabalho de Jenons em 1979, mas foi adotado por Weber e Durkheim ao longo dos anos 1890–1920. Ela pode ser definida simplesmente como a perspectiva sociológica aplicada a fenômenos

econômicos, e de uma forma mais elaborada como “a aplicação de quadros de referência, variáveis e modelos explanatórios da sociologia para aquele complexo de atividades que está preocupado com a produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos”. As definições iniciais de Smelser na década de 1960 mencionavam como variáveis da SE as perspectivas sociológicas de interação pessoal, as estruturas dos grupos sociais (instituições), e controles sociais. A essas devem ser adicionadas mais recentes, como as perspectivas de redes sociais, gênero e contextos sociais.

As discussões do mercado de trabalho a partir da sociologia econômica também iniciam ainda nos estudos de Weber e Durkheim. Weber adiciona à racionalidade formal, a substantiva, a qual considera na alocação de recursos princípios como o de lealdade e valores sacros. Com isso, com base em seu estudo o mercado de trabalho deve assumir que as ações econômicas são ações sociais, pois para toda negociação é preciso considerar que o comportamento dos agentes econômicos é influenciado pelo significado (substantivo) que dão à ação (SMELSER e SWEDBERG, 2005a).

Durkheim, por sua vez, menciona fatos sociais relacionados à ação econômica. Sua obra trata das mudanças sociais advindas da divisão do trabalho, negando que esta teria apenas resultados econômicos. Em relação a contratos, afirma que as pessoas necessitam de regras e normas na sua vida econômica mas não por motivos estritamente racionais, e que reagem negativamente a situações anárquicas. Questiona o interesse individual egoísta como destituído de moral e também o conceito de *homo economicus* com o fundamento de que é impossível restringir-se ao elemento econômico e desconsiderar o restante da vida social (SMELSER e SWEDBERG, 2005a).

Mas a maior influência para os estudos do mercado de trabalho a partir da nova sociologia econômica com Granovetter, inicialmente em *Getting a Job* (primeira edição em 1974, segunda em 1995). O autor afirma se concentrar entre o micro (individual) e macro nível de estudos da área, focando em como a informação que facilita a mobilidade de trabalho é assegurada e disseminada. As informações sobre as oportunidades são escassas e incompletas e o sistema de disseminação dessas não é perfeito, acessível a todos de maneira equitativa. Assim, Granovetter (1995) desafia o argumento da modernização como forma de universalização de procedimentos sob o fator da dependência dos indivíduos

dos contatos pessoais por informações sobre emprego com inúmeras pesquisas que comprovam o maior percentual de acesso ao emprego por meios informais- as redes de relacionamento. Com isso admite a importância do viés sociológico, mas sempre estabelecendo comparações com a economia ao verificar se são possíveis explicações desse fenômeno pelos princípios marginais da otimização e pelas ferramentas de oferta e procura.

Seguindo a preocupação com o fluxo da informação, Granovetter (1995) também classifica os tipos de conexão e os estabelecimentos de redes que levam ao emprego. Os tipos de conexão, ou laços, são então classificados em fracos ou fortes, se sociais ou de trabalho, e no tipo de acesso à informação.

No contexto nacional mais recente, Guimarães (2009b) reflete sobre os efeitos dos processos de reestruturação macroeconômica e micro organizacional para o mercado de trabalho e relações sociais nesse âmbito. Como resultado a preocupação com o risco do desemprego, central da década de 1990, não é mais a única: o próprio trabalho apresenta uma diversidade que em suas modificações vai tendo suas condições precarizadas. Assim, o estudo sociológico do trabalho centraliza-se no processo de construção social deste mercado e abrange as suas regulações e formas de intermediações, bem como as modificações dos tipos de trabalho e emprego e os seus efeitos no trabalhador.

No âmbito desses estudos, o mercado de trabalho é entendido como estrutura social e sua pesquisa deve assumir metodologia e abordagem singulares (MARTES, DURAND, ABRAMOVAY, 2006), que devem considerar os princípios capitais da SE, apontados por Granovetter e Swedberg (2011): (i) a ação econômica é uma forma de ação social; (ii) a ação econômica é socialmente situada ou enraizada- contradizendo o individualismo metodológico na economia, a sociologia inicia do individual e das suas ações são construídas as firmas, instituições sociais e outros macrofenômenos, ainda considerando que o indivíduo nasce inserido em uma estrutura social complexa já existente, que impede que ele viva isoladamente (do contrário, possibilita a formação de redes de relações); (iii) as instituições econômicas são construções sociais- as instituições podem informar soluções eficientes para as falhas de mercado e devem considerar aspectos históricos- não evolucionários- e empíricos.

Os princípios mencionados indicam que o método deve voltar-se à compreensão da construção histórica da estrutura social do mercado, já que a

ação econômica é socialmente situada, e as instituições econômicas são construções sociais. Assim, ao compreender os fatos históricos que compõe a construção do mercado de trabalho, espera-se compreender a estrutura social complexa e socialmente estabelecida em que o indivíduo nasce já inserido.

Por fim, a sociologia econômica é apresentada por Ganovetter (1995) como uma abordagem multidisciplinar e que pode ser lida a partir de diversos pontos de vista. Com isso, a SE objetiva analisar a construção social das relações de mercado e a origem histórica social dos fenômenos econômicos, o que faz com que a metodologia mais adequada aos estudos desse campo seja a abordagem histórica, empírica e o método indutivo (STEINER, 2006).

2.2. Discussões metodológicas: a procura do método histórico

A pesquisa social e social aplicada possuem características que a tornam singular. Nessas, a metodologia contém uma dinâmica interacional social, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação. Possui presença da pesquisa qualitativa já que se apoia em dados sociais- dados sobre o mundo social – os quais são resultado dos processos de comunicação formal e informal (ALLUM, BAUER e GASKEL, 2002; MARTINS, 2004; MINAYO, 2004; 2012).

Piovani (2015) analisa uma série de processos históricos relacionados ao desenvolvimento de interesses metodológicos comuns na comunidade de cientistas sociais latino-americanos. Partindo da institucionalização e profissionalização da ciência social, emerge um campo metodológico específico que iniciou com base americana mas que se redefiniu na América Latina. Com a acumulação de experiências no campo metodológico, foram estabelecidas instituições regionais especializadas. Um espaço de trocas de conhecimentos entre acadêmicos e instituições na região existe na Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), a qual criou o grupo de trabalho em epistemologia e metodologia. A partir de um trabalho colaborativo iniciado no ALAS, contando com pesquisadores de diversos países latino-americanos, foi criada a Rede Latino-Americana de Metodologia de Ciências Sociais (RedMet)ⁱ (PIOVANI, 2015).

Uma das intenções do RedMet é afastar-se da propensão a reduzir o complexo quadro das decisões envolvidas no processo de construção do

conhecimento a um mero problema de forma e técnica. Ademais, atenta para a tensão dialética permanente entre dois pólos: de um lado, o estudo dos postulados epistemológicos que permitem o conhecimento social e, por outro as técnicas de pesquisa. Sem o primeiro, o método é reduzido a uma tecnologia não intelectualmente controlável, mas, se o aspecto técnico for abandonado, ele se resume a pura reflexão filosófica sobre as ciências sociais e perde a capacidade de influenciar as atividades de pesquisa empírica. Daí a discussão acerca das práticas e instrumentos de investigação específicas no sentido de que permitam acesso aos fundamentos e a relações com diferentes bases teóricas e filosóficas (PIOVANI, 2015).

Nesse intuito, a observar as discussões dos métodos voltados às pesquisas voltadas ao objeto de estudo, ou seja, que encontrem maior relação com a abordagem histórica da sociologia econômica, decidiu-se pelo método histórico, em especial ao ressaltar a intenção de aplicar a pesquisa ao campo das organizações e instituições. Sendo assim, a aplicação do método nos estudos organizacionais deve ser investigado, e o método da pesquisa histórica apresentou-se alternativo. As relações entre a pesquisa histórica e a abordagem histórica da sociologia econômica são apresentados na próxima sessão.

Fontoura, Alfaia e Fernandes (2013) ressaltam a origem da pesquisa histórica na epistemologia de Gaston Bachelard, o qual defende a concepção de que por meio dessa perspectiva é que a humanidade torna-se capaz de entender os acontecimentos e as estruturas. A história em si é central para uma melhor compreensão da humanidade. A construção científica seria, assim, dependente do estudo crítico do passado, no intuito da não-repetição de erros. Ainda, a metodologia com base na história não deve estar sujeita a universalismos, uma vez que a causa dos eventos se liga aos respectivos contextos e épocas (FONTOURA, ALFAIA e FERNANDES, 2013).

Não apenas para o entendimento do passado é necessário recorrer às fontes desse tempo, mas para a não continuidade em relação aos erros do passado e para a influência destes na compreensão do presente, das construções, acontecimentos e estruturas correntes. Isso pois, a perspectiva histórica entende o presente como não continuísta, não passível de uma dedução lógica, mas sim, de contínuo avanço de conhecimentos. Assim, ainda que as fontes pertençam ao passado, se busca através delas compreender

acontecimentos e estruturas contemporâneos por vezes utilizando-se de elementos e instrumentos contemporâneos como parte da análise. Cabe salientar que essa perspectiva passou por transformações em sua forma de operacionalização: inicialmente constituída como 'paradigma tradicional da história', o qual tratava dos grandes contextos da história (anos 1920); após, história social (1930); e então, nos anos 1970 advém a nova história, que traz uma redefinição metodológica assumindo uma análise mais crítica e interpretativista da história (FONTOURA, ALFAIA e FERNANDES, 2013).

A análise da história recorre a recortes temporais (como a pré-história, a história, a idade antiga, a idade média, a idade moderna e a contemporaneidade) bem como espaciais e temáticos, fragmentados e multifacetados (pode-se citar a história econômica que se divide em nova e antiga) (BURKE,1992). Cabe mencionar o esforço de Burke (1992) em diferenciar a nova e a antiga história, em defesa da aplicação da primeira: (i) a história antiga, diz respeito essencialmente à política, enquanto a nova se interessa por toda a atividade humana, a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída; (ii) os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas (iii) a história 'tradicional' se concentra nos grandes feitos dos grandes homens, mas novos historiadores estão preocupados com a história 'vista de baixo'; (iv) a história deveria ser baseada em documentos no paradigma tradicional, mas a nova história acredita que registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial apenas, e que há necessidade de suplementados por outros tipos de fonte- em especial para atingir a 'vista de baixo' e maior variedade de atividades humanas; (v) a nova história, do contrário da antiga, procura não assumir um ponto de vista único e considera relevantes movimentos coletivos, as tendências e os acontecimentos; (vi) a história não é mais assumida como objetiva, se considera irreal a inexistência do ponto de vista particular devido à presença do relativismo cultural do pesquisador.

De acordo com Carneiro e Barros (2015), ainda que as mesmas fontes sejam utilizadas, a visão sobre elas é modificada entre as perspectivas. O documento histórico, até a visão tradicional tida como fonte única, a partir da nova história, passa a ser reconhecido como produto de uma construção social,

pertencente a um contexto histórico que o envolvia e assim, deve ser relativizado. Efetivamente, um dos deveres do pesquisador é a crítica do documento. Ainda assim, o documento estabelece conexão com fatos distantes e a respeito de eventos coletivos e públicos, enquanto a memória, por exemplo, não pode ser considerada como documento por referir-se ao que foi vivido sob o ponto de vista de um único indivíduo. A memória possui o poder da identidade histórica- o indivíduo está socialmente integrado no passado.

Nesse sentido é defendido ainda que estudos históricos dizem respeito ao presente e ao passado, concomitantemente e assumem que a maneira pela qual a história é interpretada e escrita permite selecionar e ignorar eventos passados, sendo essas escolhas moldadas pelas presentes relações de poder e suas associações ideológicas, como adicionam Costa e Saraiva (2011, p. 1774): “a (re)construção da memória — por ser um dos elementos identitários essenciais — é um instrumento de poder. Ou seja, permite desvelar o componente ideológico presente nas escolhas e a formação social do passado”. Também, Carneiro e Barros (2015), ressaltam, com base em Foulcault que não há uma verdade absoluta na produção historiográfica, presentes as permissões e as interdições que impedem a produção de uma historiografia mais autônoma.

Ainda assim, o fato de a pesquisa histórica trazer à tona as questões da legitimidade e do poder, como algo que interfere inequivocamente na construção histórica e a possibilidade de revisitar memórias sob um ponto de vista questionador é visto como vantagem dessa abordagem.

Como exemplo de aplicação da metodologia para aplicação nos estudos organizacionais no Brasil, Alcadipani e Bertero (2014) e tomam a história como uma abordagem de pesquisa, sem adotar uma linha teórica específica dentro da história. Assumem que o objeto de análise somente pode ser compreendido dentro do contexto histórico nacional e internacional de sua época.

Barros e Carrieri (2013), por sua vez, efetuam um estudo histórico que visou a articular dados com a teoria dos estudos organizacionais, com o objetivo de discutir o desenvolvimento dos cursos superiores em Administração no Brasil entre os anos 1940 e 1950 a partir dos acordos de cooperação entre Brasil e EUA. Do contrário da pesquisa anterior, estes apresentam sinais do uso da perspectiva tradicional da história pois apoiam-se prioritariamente em documentos escritos, cuja principal fonte é a internet- enaltecem a maior

facilidade de pesquisa histórica com o uso dessa ferramenta. Entretanto, valorizam os movimentos coletivos e assumem um ponto de vista particular, sob o panorama dos estudos sociais, elementos da nova história.

Nesse ponto, Costa e Saraiva (2011) afirmam que nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro, já que exprime um sistema de atribuições de valores e isso se repete nos estudos organizacionais. São atribuídos obstáculos e novas reflexões a partir desse entendimento, já que a memória torna possível uma (re)elaboração do mundo, transformando e sustentando realidades existentes. Uma forma de isso ocorrer é através da hierarquização das memórias (COSTA e SARAIVA, 2011): as que refletem o posicionamento ideológico da empresa, geralmente em alinhamento com os valores enfatizados no presente, são consideradas as memórias oficiais enquanto outras podem ser esquecidas. Por isso, quanto mais variadas as fontes de dados, mais amplos os recursos e o número de pesquisados e o maior o compromisso histórico possível por parte do pesquisador, mais “objetiva” seria a história reconstituída- ainda que reconhecendo sua dose de arbitrariedade- e no caso das memórias, as devidas condições devem ser consideradas para que sejam incluídas como registro histórico, conforme Carneiro e Barros (2015).

Assim, em relação ao movimento de utilização da história na administração, Fontoura, Alfaia e Fernandes (2013) citam que alguns trabalhos nesse campo já adotam a nova história, ainda que outros pesquisadores mantenham vínculos com a tradição histórica no sentido de que esta elegeu como modelo de documento histórico o testemunho escrito objetivo (neutro), dado como fidedigno. Os depoimentos seriam considerados de “baixo valor histórico”. Entretanto, movimentos em prol da inovação temática colaboraram para a renovação dos estudos com a inclusão da história oral como técnica utilizada. Segundo Fontoura, Alfaia e Fernandes (2013, p.94) a história oral enriquece as pesquisas qualitativas da administração uma vez que “possibilita captar as experiências elaboradas por indivíduos pertencentes a categorias sociais cujas percepções e intervenções geralmente são excluídas da história e documentação oficiais das organizações”.

Com isso, uma maior utilização de métodos históricos nas ciências sociais aplicadas contribuem para tornar o pesquisador dos estudos organizacionais um historiador social, cujo desafio é compreender que ele faz parte da história e que

deve relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos ou a tendências de longo prazo, bem como repensar como a história deve ser explicada. Ademais, ao se utilizar a pesquisa histórica em uma relação entre uma determinada teoria da Administração com Sociologia, reforça-se que é possível efetuar, de forma interdisciplinar, estudos neste campo de forma integrada com diferentes pesquisas acadêmicas (FONTOURA, ALFAIA e FERNANDES, 2013).

Com base nos pontos principais da pesquisa histórica apresentados e na interdisciplinaridade enfatizada, segue a discussão da relação entre o método e a abordagem teórica assumidos.

2.3 Relações entre a Pesquisa Histórica e a Abordagem Histórica da Sociologia Econômica

Quando se trata da abordagem sociológica, um objetivo presente é o de compreender a modernidade, por meio de comparações ao longo dos tempos, e entre diferentes sociedades, o que faz uso da pesquisa histórica (DOBBIN, 2005). A análise de dados qualitativos históricos e comparativos integra uma metodologia apreciada no campo (SMELSER e SWEDBERG, 2005a). Porém, ao tratar de temas, fatos e comportamentos econômicos, cabe compreender como se enquadra o olhar sociológico e quais os benefícios que essa abordagem pode trazer, alinhada a sua metodologia. Smelser e Swedberg (2005) destacam que a investigação na sociologia econômica deve combinar a análise dos interesses econômicos com uma análise das relações sociais.

Em relação ao argumento de Steiner (2006) de que o método mais adequado aos estudos da sociologia econômica é a abordagem histórica, empírica e o método **indutivo** uma discussão é necessária. Ainda, o ponto de partida (in)dedutivo pode assumir diferentes pontos a partir da abordagem. Como afirma Dobbin (2005), os economistas que seguem a abordagem clássica procedem dedutivamente a partir da premissa de que o interesse próprio individual explica o comportamento econômico. Já os sociólogos, em sua visão, procederiam indutivamente, partindo de como o comportamento econômico varia ao longo do tempo ou entre países e traçando essa variação em relação ao contexto social. Recorre-se à posição ontológica de Carneiro e Barros (2015) em relação à pesquisa histórica, de que a história não precisa (e dificilmente conseguiria) ser vista como a verdadeira reconstrução do passado através do

trabalho indutivo, mas sim como o resultado de um processo dedutivo que constrói o passado com base em um conjunto de perguntas dirigidas às fontes. A pesquisa histórica acaba por efetuar uma narrativa crítica dos fatos por constituir-se na expressão da visão de mundo dos historiadores em torno de suas abordagens (FONTOURA, ALFAIA e FERNANDES, 2013). Tal como, a perspectiva da sociologia econômica busca prioritariamente compreender o contexto da origem dos fatos econômicos, sob a abordagem que considera que o mercado seja ancorado em uma estrutura social, em vias de compreender a formação dessas relações, para possibilitar futuras análises e interpretações.

A pesquisa histórica requer também uma contextualização, no sentido de que busca averiguar o maior número possível de evidências acerca de um evento ou acontecimento, analisando-o como singular e com suas especificidades. O pesquisador deve descobrir a gênese, o essencial, a estrutura e do funcionamento dos conhecimentos científicos (FONTOURA, ALFAIA e FERNANDES, 2013). Esse contexto seria nesse caso específico o mercado de trabalho e o detalhamento bem serve à compreensão da influência do contexto e da história para a formação do mercado de trabalho e das inter-relações entre as partes que o compõe:

Longe dos modelos matemáticos ou do simples “encontro” de curvas de oferta e demanda, a compreensão do mercado de trabalho requer um contexto e uma história. Assim, para análise do mercado de trabalho, é preciso estabelecer a referência a que grupo, que tipo de trabalho, qual nação, qual o histórico e como esta se insere no atual cenário geopolítico (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1535).

Coincide com esse pensamento a crítica de Dobbin (2005, p. 26) para o entendimento da economia de que o comportamento econômico é determinado exogenamente à sociedade, ou seja, por uma força de fora da sociedade, já que o interesse próprio é a força que determina a ação na economia. Contrariamente, sociólogos afirmam que a maior parte do comportamento econômico só pode ser explicada pela própria sociedade. Dessa forma, estes estudos históricos comparativos baseiam-se na observação de que o contexto social molda o comportamento econômico (não-inato).

Nesse ponto são incluídas as particularidades históricas e mecanismos e regras sociais que regem o funcionamento dos mercados (GRANOVETTER, 1995; MARTES, DURAND, ABRAMOVAY, 2006). Assim, a ideia de

contextualização histórica se relaciona com um conceito central da sociologia econômica: a ação econômica. Nesse âmbito, os processos e objetos econômicos se caracterizam pelo significado que possuem para ação humana - o qual é construído historicamente e não apenas deriva de circunstâncias externas. Esse significado também possui peso das relações de poder e das instituições sociais na sociologia. Os fatores de construção histórica e poder, somados à aceitação da influência de pessoas e estruturas institucionais tornam a ação econômica pela sociologia muito menos restrita do que a ação econômica individual, egoísta e independente da perspectiva econômica (SMELSER e SWEDBERG, 2005).

E por ser considerado fator de influência sobre o comportamento econômico, o poder é considerado um dos processos centrais no desenvolvimento de uma abordagem integrada à sociologia econômica histórica e comparativaⁱⁱ. Essa influência do poder é avaliada tanto diretamente, quando apenas um dos lados dita a transação econômica, quanto indiretamente, quando um lado molda a regulação ou normas das relações em sua vantagem (DOBBIN, 2005). Um exemplo que Dobbin (2005) cita de estudos na sociologia econômica histórica com o poder como chave para as mudanças na forma de organização de empresas é a escolha em determinadas indústrias - como a têxtil americana - pelo uso de métodos de produção intensivos em capital, em vez de intensivos em mão-de-obra, mesmo quando os retornos eram os mesmos, porque os métodos intensivos em capital os tornavam menos dependentes dos trabalhadores - os tornavam mais poderosos. Outros exemplos são estudos históricos para a compreensão da formação de oligopólios americanos e a transformação de grandes empresas em conglomerados diversificados (e vice-versa), também com o poder como chave, em especial o poder de alguns atores para moldar o comportamento de mercado e definir o que seria o comportamento racional esperado.

Por outro lado, nas pesquisas históricas irrestritas à sociologia econômica, o poder se faz presente na operacionalização das mesmas. Conforme Costa e Saraiva (2011), desde o momento da escolha do que foi divulgado e registrado à época do objeto estudado (construção do discurso) e também se faz presente na escolha do que vai ser estudado há uso de poder. Incluem Carneiro e Barros (2015) que é dever principal do historiador a crítica do documento,

compreendendo a utilização deste pelo poder, assumindo a relativização das informações, balizadas pelo interesse sociológico.

O método histórico tende ainda a destacar as diferenças contextuais no comportamento econômico- e aí na ação econômica. Com isso, busca-se entender as forças sociais que fazem com que os sistemas econômicos modernos possam diferir tão drasticamente. Ao invés da base no comportamento egoísta instintivo, como estabelecido pela economia clássica, a sociologia econômica sugere que as sociedades se desenvolvem ao longo de diferentes trajetórias por razões relacionadas com a história e acontecimentos eventuais (DOBBIN, 2005).

A construção história é já apontada nas dimensões da sociologia econômica que se originam das três vertentes de trabalho para a sociologia econômica sugeridas por Weber (1904, *apud* STEINER, 2006), quais sejam, (i) análise da estrutura das relações socioeconômicas presentes nos fenômenos; (ii) análise da formação histórica dessas relações; e (iii) análise de sua significação cultural. A dimensão 'análise da formação histórica' volta-se à explicação sociológica da formação das variáveis mercantis a qual demonstra, por exemplo, como as relações sociais explicam como os indivíduos encontram um emprego ou porque certas redes étnicas têm mais sucesso ao abrirem negócios (MARTES, DURAND e ABRAMOVAY, 2006).

A pesquisa histórica, em seu fundamento, procura possibilitar a reflexão com os erros do passado e a escrita de uma história diferente (FONTOURA, ALFAIA e FERNANDES, 2013). Ademais, em específico a nova história, se preocupa com a análise das estruturas para a compreensão da sociedade e também com os movimentos coletivos (BURKE, 1992). Assim, metodologia e abordagem possibilitam o questionamento do *satus quo*, o que é efetuado por diversos autores (GUIMARÃES, 2009b; GUIMARÃES, BARONE e BRITO, 2015) ao procurarem compreender através da SE as relações do mercado de trabalho, de forma a compreender a produção e a questionar a reprodução das condições desse mesmo mercado quando presentes desigualdades, injustiça ou desfavorecimento.

Seguindo essa linha, Costa e Saraiva (2011) citam que as características que são percebidas por meio de registros históricos podem ser invenções deliberadas para salientar aspectos que hoje interessam à empresa.

Analogamente, a sociologia econômica trata da construção social dos mercados e também da representação social que influencia a atuação social do agente. (CARNEIRO E BARROS, 2015).

É ainda preciso ressaltar as dificuldades assinaladas para a pesquisa histórica, as quais se apresentam como possibilidades de obstáculos à aplicação também no caso específico do estudo do mercado de trabalho brasileiro: os obstáculos na obtenção de fontes oficiais no Brasil para este tipo de pesquisa, bem como a fragilidade e instabilidade das estruturas e as diferentes tipologias entre organizações públicas e privadas. Apesar do quê, Barros e Carrieri (2013) e Barros (2016) apontam que a internet tem modificado a forma de fazer pesquisa nesse âmbito é facilitado o acesso à informação, caso as organizações se dediquem a alimentar a rede *online*, em especial em fontes oficiais sendo que há normas nacionais que especificam a obrigatoriedade de digitalização e divulgação de informações e documentos. Mas nem sempre foi dessa forma, e a depender da época passada a ser estudada e a instituição em questão a tarefa de pesquisa pode ser bastante ingrata.

Ainda, Costa e Saraiva (2011) apontam para a necessidade de (i) assumir que existe uma intencionalidade presente em qualquer tipo de registro; (ii) questionar frontalmente a objetividade de informações do passado; (iii) destacar as possibilidades de fragmentação advindas dessa abordagem; (iv) apontar visões distintas de atores que realmente passaram pelo contexto de transformações. Por outro lado, a discussão sobre o pretense objetivismo (ou a negação dele) por parte da pesquisa histórica se alinha ao reconhecimento de que elementos não racionais se fazem presentes na análise dos mercados sob a perspectiva da sociologia econômica. A inclusão de elementos sociais para a compreensão das relações e o reconhecimento de uma estrutura social que ampara os mercados abre espaço para novas discussões que e permitem reconhecer os limites do objetivismo presentes em outras abordagens.

Também, com o acompanhamento histórico, é possível melhor compreender a constituição da SE como campo de estudos. A SE passa a possibilitar o estudo dos processos que ocorrem no mercado de trabalho, mais do que do resultado ou da estrutura como ocorre com a sociologia do trabalho ou para a economia. Isso nos permite compreender as escolhas dentre a pluralidade de possibilidades que se apresentam para os agentes sem fazer uso

da simplificação da visão mercantil (GUIMARÃES, 2009b). Ademais, com a abordagem histórica, outro conceito da sociologia econômica relevante no olhar para o mercado pode ser adicionado, o de enraizamento (*embeddedness*ⁱⁱⁱ), (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2011).

Por fim, em especial ao assumir a visão da nova história defendida por Burke (1992), a pesquisa histórica na sociologia econômica se enquadra na busca pela abrangência da atividade humana, e encoraja a interdisciplinaridade.

3. O FINAL A CONTINUAR:

A adequação do método ao objeto na pesquisa social carece de sensibilidade e ajuste. A seguir as discussões na América Latina relativas à metodologia enquanto disciplina ou como requisito para a confiabilidade das pesquisas, conhecer as metodologias disponíveis vem auxiliar para que o melhor método seja selecionado para cumprir o objetivo da pesquisa em questão, em especial na abordagem qualitativa que oferece um leque abrangente de possibilidades. Minayo (2012) alertou que nessa natureza de pesquisa, assegurar a sua validade não é tarefa fácil. Estão presentes fragilidades inerentes à própria contingência e condição do objeto da pesquisa qualitativa. Alertar para a necessidade do rigor metodológico, assim, é tarefa imprescindível.

Ademais, discussões epistemológicas e ontológicas são necessárias para o desejado alinhamento entre método e objeto. E a diversidade nesses âmbitos é apontada como motivo da dificuldade de um consentimento sobre a abordagem histórica em áreas como a da ciência social e social aplicada. Alguns contornos têm se definido na pesquisa histórica, fortalecida por figuras como Barros, Alcadipani, Silva e Costa que a têm utilizado e contribuído para que o pesquisador na ciência social aplicada assuma os cuidados da pesquisa social.

Quando se busca analisar as variáveis do mercado de trabalho sob uma perspectiva sociológica, a abordagem histórica da sociologia econômica se apresenta como o olhar a ser utilizado. Como pontos principais que indicam a convergência entre a abordagem sociológica econômica e o método histórico ressalta-se a busca pela compreensão do contexto social do objeto pesquisado; a identificação de elementos de poder (tanto intrínsecos ao contexto quanto relativos às fontes que contam a história a ser estudada); o questionamento do objetivismo; e a análise das estruturas sociais, em especial na nova história.

Entretanto, o fator principal de alinhamento entre a SE e a pesquisa histórica é o posicionamento epistemológico considerado no olhar do objeto- no caso, o comportamento econômico que gera a ação econômica. No campo da administração, a concepção de que pesquisa organizacional e a pesquisa histórica não estão em desacordo apenas ganhou espaço quando do advento de mudanças paradigmáticas que buscaram a superação do viés funcionalista dominante (CARNEIRO e BARROS, 2015). Paralelamente, ressalta Dobbin (2005), que a ação econômica foi sempre vista pela perspectiva da eficiência, no caminho único do aprimoramento constante, em especial na abordagem econômica. Mas a sociologia econômica segue a posição de que nem sempre a história é eficiente, que as explicações devem ser buscadas com base no significado que as ações têm para os indivíduos e que comparações analíticas devem ser efetuadas para identificar os fatores causais do comportamento humano. A relação de causalidade presente nessa perspectiva nega o certo e o errado e enfoca a busca pela compreensão da ação, efetua comparações ao longo dos tempos, e entre diferentes sociedades, o que faz uso da pesquisa histórica (DOBBIN, 2005). Por isso, para Dobbin (2005, P. 26), os “estudos históricos e comparativos iluminam o papel da sociedade na formação do comportamento econômico como nada mais pode”.

Todos esses aspectos evidenciam que a discussão de abordagem e método envolve a natureza histórica do conhecimento, assinala os alinhamentos e cuidados necessários para a produção da ciência e reside na busca em não reduzir o processo de construção do conhecimento a um mero problema de forma e técnica (PIOVANI, 2015). Ademais, em específico esta pesquisa que integra uma tese de doutorado visa a aproximar os campos da sociologia econômica e da história, tendo em vista a defesa da nova história pela perspectiva multidisciplinar e pela inovação de métodos para a pesquisa da sociologia econômica. Com isso, não se tem a pretensão de finalizar a discussão efetuada e sim de iniciá-la.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. Uma escola norte-americana no Ultramar? Uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 2, p. 154-169, Março-Abril, 2014.

ALLUM, Nicholas C.; BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

BARROS, Amon Narciso de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, artigo 3, Rio de Janeiro, Jun. 2013.

_____. Archives and the “Archive”: dialogue and na agenda of research in organization studies. **O&S** - Salvador, v. 23, n. 79, p. 609-623, Out./Dez. 2016.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.

BURKE, P. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. **A Escrita da história: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARNEIRO, Adele de Toledo; BARROS, Amon Narciso de. A Pesquisa Histórica em Administração e o Uso de Documentos: Reflexões Introdutórias E Experiências Realizadas. Anais do **III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO)**, Vitória/ES, out. 2015.

COSTA, Alessandra de Sá Mello; SARAIVA, Luiz Alex Silva; Memória e formalização do passado nas organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1761-1780, Nov./dez., 2011.

DOBBIN, Frank. Comparative and Historical Approaches to Economic Sociology. In SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **The Handbook of Economic Sociology**. Russell Sage Foundation/ Princeton, 2nd ed., New York, United States, 2005.

FONTOURA, Y.; ALFAIA, L.; FERNANDES, A. A pesquisa histórica em estudos organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 11, n. 1, p. 83-103, 2013.

GRANOVETTER, Mark. **Getting a job: a study of contacts and careers**. Chicago: Chicago Press, Chicago, United States, 1995.

_____; SWEDBERG, Richard (orgs). **The Sociology of Economic Life**. Westview Press, 3rd ed, Philadelphia, PA, United States, 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **À procura de trabalho: Instituições do Mercado e Redes**. Argumentvm, Belo Horizonte, MG, 2009.

_____. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos**, CEBRAP, n 85, nov. 2009b, pp. 151-170.

_____; BARONE, Leonardo Sangali; BRITO, Murillo Marchner. Mercado e Mercantilização do Trabalho no Brasil. In ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015, pp. 395-422.

MARTES, Ana Cristina Baga; DURAND, Maria Rita Loureiro, ABRAMOVAY, Ricardo. In: STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006, 134 p.

MARTINS, Heloisa Helena de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3):621-626, 2012

_____. (org) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 23ª ed. Vozes, 2004.

PIOVANI, Juan Ignacio. Methodological interests and the teaching of research methods in Latin America Journal of the Brazilian Sociological Society. **Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia**. SID, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 106-118, jul.-dez. 2015, pp 107-118.

ROCHA DE OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina . Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública** 2011, vol.45, n.5 pp. 1517-1538.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006, 134 p.

SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. Introducing Economic Sociology. In SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **The Handbook of Economic Sociology**. Russell Sage Foundation/ Princeton, 2nd ed., New York, United States, 2005.

i Esta, por sua vez organiza o congresso regional de metodologia das ciências sociais (ELMECS) e a Revista Latino-Americana de Metodologia de Ciências Sociais (ReLMeCS).

ii Dobbin (2005) discorre acerca da pesquisa histórica comparativa, afirmando que nas pesquisas desse tipo, ideais para as pesquisas sociais, três 'campos' aparecem com maior frequência: teoria estrutural de poder, teoria institucional e teoria de redes sociais. Quanto ao estudo comparativo, Dobbin (2005) sugere que nesse tipo de estudo a *causalidade* enquanto explicação científica sociológica necessária, pode ser averiguada ao demonstrar que uma condição causal está presente onde seu efeito pretendido é encontrado e ausente onde seu efeito pretendido não é encontrado.

iii O *embeddness* parte da crença de que a vida econômica não é dominada por mecanismos de mercado de forma apartada das instituições sociais, religiosas e políticas, mas que se faz presente nas diversas sociedades- as quais são construídas historicamente (GRANOVETTER e SWEDBERG, 2011).